

OS MACACOS DE DARWIN

ADHEMAR FERREIRA MACIEL*

Ministro aposentado do Superior Tribunal de Justiça

Se se pode dizer que os Estados Unidos da América nasceram sob o signo da liberdade, também se pode dizer que cresceram sob a efluência da religião. Acontece que a liberdade dificilmente descamba para a anarquia, ao passo que a religião muitas vezes leva à intolerância, ao fanatismo.

No mês de março do corrente ano foi divulgada pela Internet uma pesquisa de âmbito nacional feita por DYG, Inc., sob o patrocínio da Fundação People For the American Way. A enquete tinha por objeto saber o que pensam os americanos de hoje sobre problema velho: ensino de teorias evolucionistas em colégios mantidos pelo poder público.

Os fundamentalistas (criacionistas) entendem que a Bíblia deve ser interpretada de modo restrito. Assim, se o livro do Gênesis diz que Deus criou diretamente o homem, como fez com o céu, com a terra e com todos os seres vivos, qualquer teoria, como a de Darwin, que sustenta que o homem descende do macaco ou o que o valha, não pode ser ensinada em estabelecimentos públicos.

Na pesquisa da Internet, quanto ao quesito "ou um ou o outro" – evolucionismo ou criacionismo –, 70% dos entrevistados responderam que não viam conflito algum entre as duas correntes. Grande parte dos questionados, por outro lado, respondeu que o criacionismo era mera questão de fé; já o darwinismo, de ciência.

Entre a maioria favorável ao evolucionismo, 20% responderam que somente as teorias evolucionistas deveriam ser ensinadas, sem qualquer menção ao criacionismo; 17%, porém, entenderam que em

aulas de ciência só se deveria falar sobre a teoria evolucionista, mas nas aulas de religião poder-se-ia ensinar tal qual está dito na Bíblia. 29% mostraram-se favoráveis ao ensino conjunto das duas teorias, desde que se frisasse que a evolução tinha cunho científico, ao passo que o criacionismo era matéria de fé, não de ciência.

A Constituição norte-americana, em sua versão original (1787), só falava em "religião" uma única vez: no final do art. VI diz que fica vedada a exigência de profissão de fé para a assunção de cargos públicos.

A Emenda (Constitucional) nº 1, além de falar em liberdade de pensamento, veda a existência de religião oficial, e garante o livre exercício de culto religioso.

Logo após a Primeira Guerra Mundial, os fundamentalistas ganharam força, sobretudo na região centro-sul dos Estados Unidos. No Tennessee, pressionaram os legisladores para que eles fizessem leis proibindo o ensino das teorias evolucionistas nas escolas públicas. Assim, em 1925 foi feita uma lei que ficou jocosamente conhecida como "Lei do Macaco" (*Monkey Law*).

Como o Judiciário só decide em caso concreto, a Associação Americana de Liberdades Civis (*American Civil Liberties Union*) colocou anúncio nos jornais, oferecendo-se para custear as despesas judiciais de qualquer professor que quisesse desafiar a *Monkey Law*. Um habitante da pequena cidade de Dayton viu o anúncio, e procurou um amigo, de nome John Scopes, professor de matemática que eventualmente substituíra um professor licenciado de biologia, e lhe fez a proposta. A ação foi ajuizada. O julgamento, que durou oito dias, atraiu mais de 200 repórteres, alguns até estrangeiros. Foram instaladas mais de 65 linhas telegráficas. As emissoras de rádio – pela primeira vez na história americana – iam noticiando os debates e depoimentos de testemunhas. Não precisa dizer que John Scopes perdeu a causa.

O estado de Arkansas, um pouco mais tarde (1928), palmilhou o mesmo caminho de Tennessee, fazendo editar sua *Anti-Evolution Statute*: o professor que ensinasse nas universidades ou escolas públicas estaduais ou que adotasse livros-texto sustentando que o "Homem descendia de uma ordem inferior de animais" estaria sujeito a perder o cargo, além de ser penalmente incriminado.

Tudo corria bem, até que a administração de um colégio da cidade de Little Rock resolveu, por indicação dos professores de biologia, incluir no currículo de 1965-1966 um capítulo sobre a doutrina de Darwin. Uma jovem professora, Susan Epperson, ficou em dúvida se cumpria a lei estadual ou o currículo de sua escola. Ajuizou, então, uma ação declaratória na *State Chancery Court*. Ficou decidido que a Lei Antievolução feria as Emendas 1 e 14 da Constituição americana. Na Suprema Corte dos Estados Unidos, o Juiz Fortas lembrou que desde 1923 a Corte vinha apodando de inconstitucionais leis que buliam na liberdade de ensino. "No presente caso" – arrematou Fortas –

não pode haver dúvida que (o estado de) Arkansas procurou impedir seus professores de discutir a teoria da evolução porque ela é contrária à crença de alguns de que o Livro do Gênesis deve ser a única fonte de doutrina a respeito da origem do homem.

Outro juiz, Black, depois de falar que nem a teoria criacionista nem a teoria de Darwin se achavam a salvo de desafios, concluiu:

Por mais sábia que esta Corte possa ser ou venha a ser no futuro, é (sempre) duvidoso que, por se estar em Washington, possa-se, com sucesso, supervisionar e censurar o currículo de toda escola pública em todo povoado e cidade dos Estados Unidos. Eu duvido que nossa sabedoria seja tão infalível assim.

Em 1987 a Suprema Corte julgou outro caso (*Edwards v. Aquillard*). O Legislativo do estado de Louisiana editou uma lei – a "Lei do Criacionismo" (*Creationism Act*), proibindo que se ensinasse nas escolas

primárias e secundárias estaduais a "Teoria da Evolução", salvo se, concomitantemente, também se ensinasse a "Teoria do Criacionismo".

O caso foi parar na Suprema Corte. O Juiz Brennan disse que a cláusula que proibia religião oficial protegia a liberdade individual de consciência na "escolha de uma, ou (então) de nenhuma fé religiosa". A lei do estado de Louisiana, sob a capa de "*academic freedom*", não atingia tal propósito. "O objetivo de providenciar um currículo mais abrangente (em matéria) de ciência não é pelo favorecimento ou pela proscrição do ensino da evolução ou da exigência do ensino da ciência criacionista."

Como se percebe, a questão "ciência e religião", por incrível que pareça, ainda renderá muitos e muitos anos, aguardando que o Macaco de Darwin evolua... Mas, de qualquer sorte, podemos repetir – com Alexis de Tocqueville (*A democracia na América*) que se os americanos têm muitas religiões, têm, em compensação, a "mesma maneira de encarar a religião", pois comungam das "mesmas idéias sobre a liberdade", professando "as mesmas opiniões sobre a imprensa, o direito de associação, o júri, a responsabilidade dos agentes do poder".